

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º SEMESTRE DE 2018

PREVIRB

**Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de
Resseguros do Brasil**

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 13, de 01/10/2004, este Conselho Fiscal, reunido em 29 de novembro de 2018, concluiu a análise da documentação do período de **1º de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018**, disponibilizada pela Entidade e listada a seguir:

- a. Memorandos da Superintendência Geral (SUPGE) nº 029/2018, 032/2018 e 033/2018;
- b. Memorando DIBEN 023/20018;
- c. Relatório do Comitê de Controle Interno (COINT) nº 006/2018;
- d. Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e Contábeis;
- e. Relatórios de Riscos da ADITUS;
- f. Acompanhamento Orçamentário para o período;
- g. Documentação Suporte da Diretoria Executiva, dentre outros.

2. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS A, B e PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

2.1. Gestão dos Recursos Garantidores

O Conselho observou, fundamentado na documentação suporte, que a gestão dos recursos garantidores vem sendo realizada pela PREVIRB, em conformidade com às diretrizes da Política de Investimentos e com os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/18 de 25/05/2018.

2.2. Enquadramento das Aplicações

Os limites das aplicações de recursos dos Planos Previdenciais A e B, bem como os do Plano de Gestão Administrativa (PGA), estão aderentes aos dispositivos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, bem como os preceitos da Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB, considerada a documentação suporte apresentada.

2.3. Sistema de Captação de Dados de Investimentos

O Conselho, considerando por base a documentação suporte apresentada, observou que os prazos referentes aos demonstrativos de investimentos dos Planos Previdenciais satisfazem às determinações da Instrução Normativa MPS/PREVIC nº 02, de 18/05/2010, alterada pelas Instruções PREVIC nº 01, de 22/03/2011; nº 06, de 14/12/2011 e nº 15, de 12/11/2014 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

2.4. Controle de Riscos

2.4.1 Balanço Patrimonial

Segue, na tabela abaixo, o resumo do balanço patrimonial de junho de 2018, e um comparativo com o período de junho de 2017, segregado para os planos A e B:

Conta	Plano A		Plano B	
	Junho/2017	Junho/2018	Junho/2017	Junho/2018
Ativo	2.100.310.465	2.169.938.824	130.956.230	146.732.313
Passivo	1.636.701.173	1.641.335.783	123.259.475	138.447.301
Superávit	463.609.292	528.603.040	7.696.755	8.285.012

Pela análise do balanço patrimonial, os planos apresentaram superávit satisfatório, e comparado a junho de 2017, representam crescimento de 14% para o Plano A e 8% para o Plano B.

2.4.2. Geração de Déficit/Superávit

Segue apresentado na tabela abaixo a movimentação do demonstrativo de resultado, acumulado de janeiro de 2018 a junho de 2018.

Conta	Plano A	Plano B	Plano PGA
Contribuições/Receitas	29.641	13.164.313	2.038.333
Deduções/Despesas	-56.940.398	-4.680.858	-3.633.819
Fluxo dos Investimentos	126.462.361	7.305.011	1.326.568
Constituições/Reversões	-4.557.855	-15.200.209	-
Superávit/Déficit	64.993.748	588.257	-268.919

Os Planos A e B apresentaram resultado de fluxo de caixa superavitário, contribuindo para o crescimento observado no balanço patrimonial e o fluxo de caixa do Plano PGA apresentou resultado deficitário para o período observado. A diretoria está analisando quais ações podem ser realizadas com relação ao déficit apresentado no fluxo de caixa do Plano PGA.

2.4.3. Ativos

2.4.3.1. Rentabilidade dos Ativos

O Relatório de Enquadramento do Plano de Aplicações apresenta o desempenho da carteira de ativos para cada plano. Os resultados estão resumidos na tabela abaixo.

Conta	Rentabilidade acumulada	Meta	% Aumento em relação à Meta
Plano A	6,30%	4,79%	31,52%
Plano B	5,70%	3,17%	79,81%
Plano PGA	3,99%	3,17%	25,87%

Observamos, neste relatório, que o desempenho financeiro se manteve acima da meta estabelecida, no período de janeiro a junho de 2018.

2.4.3.2. Value at Risk (VaR)

A tabela abaixo apresenta o Var calculado pela Consultoria Aditus, no mês de julho de 2018.

Conta	Limite do Var	Var calculado
Plano A (Renda Fixa)	2,50%	0,00%
Plano A (Renda Variável)	18,00%	13,86%
Plano B (Renda Fixa)	2,50%	0,00%
Plano B (Renda Variável)	18,00%	12,52%
Plano PGA (Renda Fixa)	2,50%	0,01%

Observamos que os valores calculados se encontram abaixo do limite de VaR.

2.4.4. Considerações

O Relatório da Aditus apresenta a adequação da gestão dos recursos dos Planos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, e atualizações e CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como com as Normas emitidas pela PREVIC. Além disso, apresenta a adequação às Políticas e a adequação do cálculo do Var.

3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

No período em estudo, considerando as informações transmitidas pela Diretoria Executiva e o acompanhamento das demonstrações trazidas a este Conselho, pode-se observar as ocorrências a seguir comentadas.

A considerar, também, que não foram realizados novos testes de aderência no 1º semestre de 2018.

Para o plano A, destaca-se:

- a) a alteração da taxa de juros de 4,34% a.a. para 4,38% a.a.;
- b) a variação das Provisões Matemáticas ficou, em relação ao final de 2017, em 0,29%, como decorrência da atualização dos benefícios e salários, falecimentos ocorridos e alteração da premissa de juros mencionada em a.

Para o Plano B, temos os seguintes destaques:

- a) mudança da taxa de juros de 4% a.a para 4,36% a.a.;
- b) aprovação de novo Regulamento com as seguintes consequências:
 - b.1) alteração da faixa da taxa de contribuição para o benefício de Renda Mensal Vitalícia de “2,85% a 9,5%” para de “3% a 16%”;
 - b.2) inclusão da Participação nos lucros e ou Resultados recebidos pelos empregados ativos e a Remuneração Variável dos Diretores Estatutários e Patrocinadores, como contribuição adicional;
 - b.3) inclusão do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S/A (IRB PAR) como novo patrocinador;
 - b.4) unificação dos limites de salário de Participação em os Patrocinadores do Plano;

- b.5) inibição da possibilidade de ter duas matrículas no mesmo Plano;
 - b.6) inclusão do aviso prévio como fonte de contribuição para o Plano;
 - b.7) regulamentação da concessão do benefício de Renda Temporária Auxílio Doença;
 - b.8) exclusão do assistido inválido do grupo segurável para cobertura do excedente de morte e;
- c) a variação das Provisões Matemáticas alcançou 13,82% em relação a junho de 2017, bastante influenciada pelas alterações do Plano descritas acima.

Tendo em vista o exposto, os dados fornecidos pela Direção da Entidade e o desempenho que a PREVIRB vem apresentando, este Conselho entende que permanece o equilíbrio entre o patrimônio e os compromissos e obrigações dos benefícios dos Planos A e B.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As análises das demonstrações da execução orçamentária, no 1º semestre de 2018, foram efetuadas, tendo sido aceitos os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva sobre as variações orçamentárias consideradas relevantes.

O valor realizado para efeito de cálculo do resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano A ficou abaixo do valor orçado em 46%, influenciado, dentre outros fatores, pelas reversões nas Provisões Atuariais que sofreram uma variação de 92% entre Realizado e Orçado, em virtude da taxa de juros utilizada de 4,34%, passando em 2018 para 4,38%, provocando forte redução no realizado. Seguindo as probabilidades da tábua mais aderentes ao Plano, no qual estava previsto 5 pagamentos e ocorreram apenas 2, a Rubrica Pecúlio teve uma variação de -80% entre Realizado e Orçado.

No fluxo de investimentos do Plano A, o resultado registrou uma variação de 42%, com o valor realizado acima do orçado. Apesar da variação do fluxo ser positiva, cabe ressaltar que os fundos de investimentos apresentaram rentabilidade de 557%, acima do orçado, a referida performance decorreu da boa rentabilidade do FIP Caixa Barcelona de 47,83% no período.

Já o resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano B, excedeu em 16% o valor orçado, que é considerado aceitável. Dentre as premissas adotadas, houve uma mudança na faixa de percentual de contribuição para a renda que passou da faixa de 2,85% a 9,5% para a faixa de 3% a 16% em 04/2018, gerando uma variação de 123% acima do orçado. Além disso, teve uma entrada de 11 participantes autopatrocinados, ocasionando uma variação de 61% na contribuição. Na rubrica Institutos houve uma variação de 453% (R\$ 39.986) nos Resgates, comparado com orçado e uma variação de R\$ 1.828.250 na Portabilidade de Saída, em função de não ter sido orçado. No fluxo de investimentos do Plano B, o resultado registrou uma variação de 28% sobre o orçado, compatível com a previsão orçamentária. Como aconteceu no Plano A, houve um bom desempenho dos fundos de investimentos (394%), influenciado pela boa performance do FIP Caixa Barcelona (47,83%).

Quanto ao PGA, houve um desvio de 45%, ficando o valor realizado abaixo do orçado, fato influenciado pelo bom desempenho no controle das despesas. No tocante ao fluxo de investimentos, não houve variação entre realizado e orçado. O Orçamento foi elaborado atendendo ao § 1º, do Art.16, da Resolução CGPC nº 13, de 01.10.2004.

5. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

5.1. Controles Internos

O Comitê de Controles Internos da Fundação - COINT vem desempenhando as suas atividades, atuando como órgão consultivo e de assessoramento às diversas áreas, muito embora o CONFI destaque a necessidade de que as ações desse Comitê tenham, cada vez mais, o caráter preventivo no seu assessoramento à Fundação.

5.2. Plano de Ação

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, a Fundação sinaliza medidas a serem observadas e avaliadas anualmente, em sintonia com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos.

O Relatório de Pendências apresenta as pendências listadas por natureza, destacamos que não houve apontamento para DIREX, PREVIC, Auditoria Externa e da Certificadora

em Controles Internos, para os demais apresentamos as recomendações na tabela abaixo.

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Legislação	Adequar as funcionalidades do site à exigência da Resolução CNPC 26/2017 que dispõe sobre a adoção de transações remotas	0%	Baixo
Legislação	Proceder Revisão do Regulamento do Plano PGA, constante do Manual Técnico da Fundação;	0%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	3.3.3. Revisar o Plano Diretor de Informática (PDI) e dar continuidade no desenvolvimento de suas ações previstas.	0%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Monitoramento dos níveis das reservas e dos fundos (ação permanente)	50%	Alto
Planejamento Estratégico 2018	Monitoramento do resultado do Relatório do ALM	50%	Alto
CONDEL	Estudo acerca da performance da estrutura da Fundação (mais enxuta, dinâmica)	10%	Médio
Planos de Ação 2018	Implantar nova versão do sistema Inbox, com revisão de todo material arquivado eletronicamente	30%	Insignificante
Planos de Ação 2018	Preparar a Fundação para submissão ao processo de certificação pela Norma ISSO 9001	20%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Realizar palestras sobre o plano e estudar a possibilidade de oferecer novos produtos/serviços, com o intuito de aumentar o nível de adesão ao Plano	50%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Estudar outras fontes de receitas administrativas para manter o custo do Plano viável e competitivo;	5%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Recadastramento dos participantes e estudo da viabilidade de celebração de convênio com o SISOBI com o objetivo de conceder e pagar benefícios com assertividade;	10%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Implantar a modalidade de concessão de empréstimo online e estudar a possibilidade de oferecer plano de previdência familiar;	5%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Firmar convênios de adesão com novas empresas criadas pelo IRB Brasil RE para captar novos participantes;	50%	Médio
Planejamento Estratégico 2018	Capacitar empregados, gestores e os membros do colegiados para o exercício de suas atribuições através de treinamento de desenvolvimento anual e acompanhamento do cumprimento.	50%	Baixo
Plano de ação permanente	Processo de Digitalização de Documentos (plano de ação permanente);	-	-

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Plano de ação permanente	Certificação de outros profissionais e conselheiros da entidade (plano de ação permanente);	-	-

Além dos planos de ação destacados acima, o relatório apresenta o cumprimento das obrigações sob a ótica legal e própria, destacando todas as atividades finalizadas e apresentando justificativas para os casos em que houveram atrasos.

5.3. Fatos Relevantes

5.3.1. Aprovação, pela Previc, do novo regulamento do Plano B, sendo as principais alterações:

- I. Alteração da taxa de contribuição para o benefício de Renda Vitalícia;
- II. Inclusão da Participação nos Lucros e/ou Resultados, recebidos pelos empregados ativos e a Remuneração Variável, recebida pelos Diretores Estatutários;
- III. Unificação dos limites de Salário de Participação entre os Patrocinadores do Plano;
- IV. Inibição da possibilidade de ter duas matrículas no mesmo Plano;
- V. Inclusão do aviso prévio indenizado como fonte de contribuição para a Previrb;
- VI. Regulamentação da concessão do benefício de Renda Temporária de Auxílio-Doença;
- VII. Exclusão do assistido inválido do grupo segurável para cobertura do risco excedente de morte;
- VIII. Aprovação, pela Previc, da inclusão do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A como novo Patrocinador do Plano B.

6. COMENTÁRIOS

6.1. Despesas Administrativas

INDICADORES (*)	DESCRIÇÃO	META (anual)	RESULTADO Junho/18
IG 01	Despesas Administrativas x Recursos Garantidores	0,60%	0,32%
IG 02	Fundo Administrativo / Total do Ativo	1,50% (mínimo)	1,43%
IG 03	Despesas Administrativas / Participantes (massa segurada)	R\$ 300,00	R\$ 278,92
IG 04	Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos/ Despesas Administrativas	69,00%	67,83%
IG 05	Despesas Administrativas com Serviços de Terceiros x Despesas Administrativas	19%	16,90%
IG 06	Treinamento	Mínimo 85% dos empregados	41%
IG 07	Nível de adesão do Plano Previdencial B	>80%	89,41%

(*) Indicadores e Resultados apurados no mês de junho/2018, de acordo com as metas estabelecidas para o exercício de 2018.

Em relação ao resultado dos indicadores cabem os seguintes comentários:

IG01 - É o principal indicador de gestão, que mensura a relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores dos planos. Alcançou o patamar de 0,32%, inferior, portanto, e à meta interna estabelecida pelo CONDEL, de 0,60%.

Neste primeiro semestre, o nível geral de gastos observado no final do exercício passado tem se mantido, não havendo variações discrepantes.

IG02 – Trata-se da relação entre o montante do Fundo Administrativo e o total de Ativos da Fundação. Note-se que, quanto maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras.

Foi estabelecido pelo CONDEL, um limite mínimo de 1,50%, admitindo-se uma variação de até 10%. O índice obtido foi de 1,43%, ou seja, menor que a meta anual estabelecida.

Conforme já informado pela DIREX, alguns fatores influenciaram este resultado, tendo sido dado destaque (i) às restrições da legislação que não permitem que os recursos do Fundo Administrativo tenham a mesma amplitude de investimentos que os ativos dos planos previdenciais; (ii) à suspensão da cobrança de taxas de carregamento para os Planos, enquanto as contribuições para o plano B continuam a crescer, com o consequente aumento do Patrimônio.

IG03 – Trata-se do volume médio de despesa administrativa per capita (por participante) e serve para medir diretamente a eficiência da gestão. Melhoras no índice podem advir tanto da redução de despesas como do aumento da massa. A maturidade do plano pode também ser fator de influência, sobretudo em função da formação de custos para atendimento a público mais idoso ou de questões relativas à concessão, pagamento e revisão de benefícios.

No caso da PREVIRB, nota-se uma tendência decrescente da massa segurada no Plano Previdencial A, por se tratar de plano fechado. Já em relação ao Plano Previdencial B, apesar do crescimento da massa segurada decorrente de novas entradas, observa-se grande movimentação, tanto de entradas como de saídas de participantes. Com isso, ainda que mantido o valor das despesas administrativas, o indicador apresentará oscilações.

No fechamento do semestre, este indicador alcançou o patamar de R\$ 278,92, situando-se 7% abaixo da meta interna estabelecida pelo CONDEL, de R\$ 300,00, que admite uma variação de até 10%.

IG04 – Fornece a participação das Despesas Administrativas com pessoal e encargos no universo das Despesas Administrativas Globais da PREVIRB no mesmo exercício. Reflete o peso dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de 69%, admitindo-se uma variação de até 10%. Nesse exercício, o indicador alcançou o patamar de 67,83%, estando 1,7% abaixo da meta.

IG05 – Apresenta o percentual das despesas administrativas com serviços de terceiros em relação à despesa administrativa total.

O resultado apurado indica o grau de dependência de serviços de terceiros da Entidade. Este resultado vem se mantendo abaixo do limite estabelecido uma vez que a Entidade diminuiu as despesas com terceiros, comparado com o das despesas administrativas totais.

Ressalte-se que existe um acompanhamento permanente das despesas com terceiros e da performance dos contratos pela Fundação, com a finalidade de extrair o máximo de cada prestador. Ainda sobre os contratos, existe uma reavaliação periódica da adequação do escopo, permitindo, assim, o cumprimento da meta.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 19%, admitindo-se uma variação de até 10%. Este indicador apresentou o percentual de 16,90%, abaixo, pois, da meta interna indicada.

IG06 – Esse indicador mostra a quantidade de empregados treinados e qualificados, ou seja, quanto maior o resultado apurado, maior a preocupação da Fundação com a formação do seu pessoal. Existe o objetivo de aperfeiçoamento deste indicador, agregando-se a informação sobre a qualidade do treinamento e a sua aplicabilidade no cumprimento das tarefas pelos empregados treinados.

Para esse indicador, o limite estabelecido pelo CONDEL foi de pelo menos 85% do quadro de colaboradores treinados. Até o momento, i.e., nos seis primeiros meses, foi treinado 41% do quadro, sendo que até o final do exercício a meta deverá ser superada conforme informações da DIREX.

Ainda de acordo com a DIREX, houve prioridade na educação continuada dos empregados, seguindo o Programa de Treinamento estabelecido para o exercício de 2017 e a atualização dos Conselheiros, com a recertificação desses profissionais.

IG07 – Esse indicador mede, mensalmente, o percentual de participantes que aderiram ao Plano Previdencial B, com um resultado, no exercício, de 89,41%, estando acima da meta de no mínimo 80% estabelecida pelo CONDEL.

Tal fato deve ser creditado ao maior nível de contratação do Patrocinador-Fundador e a consequente efetivação das matrículas a partir dos trabalhos de apresentação do benefício.

Destaque-se, por fim, que as despesas administrativas fecharam o semestre em R\$ 3.633 MM, inferior em 11% ao valor orçado para o período, que foi de R\$4,296 MM, em que pese a inflação no mesmo período ter alcançado 2,60% conforme IPCA.

6.2. Gestão Atuarial

As alterações e influências sofridas pelos Planos durante o 1º semestre de 2018 estão descritas nos itens 2 desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

6.3. Custo da Gestão

Os custos decorrentes da gestão, no período sob análise, apresentaram-se aderentes às propostas orçamentárias.

Plano Previdencial A:

Quanto ao Balanço Patrimonial para o Plano A, a PREVIRB apresentou, ao final do 1º semestre de 2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 528.603.040. No 1º semestre de 2017, este resultado fora de R\$ R\$ 361.045.604 (variação de 46,41%).

No relacionado ao resultado acumulado apenas do exercício referente ao 1º semestre de 2018, a Fundação apresentou o valor de R\$ 64.993.747 de superávit técnico, contra R\$ 35.741.854 do 1º semestre de 2017. A variação decorre principalmente da rentabilidade dos ativos garantidores superior à meta atuarial. A rentabilidade acima da meta atuarial encontra justificativa na performance bastante aderente da parcela de renda fixa, bem como nos resultados expressivos dos investimentos estruturados e da renda variável no primeiro semestre de 2018.

Plano Previdencial B:

Quanto ao Balanço Patrimonial para o Plano B, foi verificado, ao final do 1º semestre de 2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 8.285.012. No 1º semestre de 2017, este resultado fora de R\$ 6.503.493 (variação de 27,39%).

Já para o resultado acumulado apenas do exercício referente ao 1º semestre de 2018, foi apurado o valor de R\$ 588.257 de superávit técnico, contra R\$ 207.150 do 1º semestre de 2017. Foi observado que a rentabilidade positiva no período foi a grande responsável pela variação. A parcela de renda fixa teve uma performance superior ao CDI, enquanto que os segmentos estruturado e renda variável tiveram desempenho positivo.

PGA:

O Balanço Patrimonial apresentou, ao final do 1º semestre de 2018, o valor do Patrimônio Social de R\$ 33.160.643, contra R\$ 32.332.468 considerando-se o mesmo período de 2017.

6.4. Classificação entre as maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Esta Fundação mantém uma posição bastante confortável na classificação ABRAPP, figurando entre as 65 maiores Entidades de Previdência Fechada – 59º lugar no mês de maio de 2018.

6.5. Contencioso da Fundação

O Contencioso distribui-se nas seguintes áreas:

Previdencial: 17 ações;

Administrativas: 02 ações;

Investimentos: 02 ações;

Tributário: 11 ações.

Das ações relacionadas à parte Tributária, o processo de maior relevância é o que discute o desenquadramento da anistia concedida pela Medida Provisória 2222/01. Essa discussão levou a PREVIRB a realizar um provisionamento de, aproximadamente, R\$ 18 milhões e contratar um Seguro Garantia de maneira a evitar um desencaixe financeiro da Fundação e poder assim, gerir o recurso de forma autônoma.

7. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises efetuadas, o Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB), observado o conteúdo do presente Relatório, está adequada ao modelo de governança corporativa, proposto pela Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer nesta Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2018.

Lucia Maria da Silva Valle
Presidente

Davi Dias da Silva
Membro Efetivo

Maria Gracia Provenzano
Membro Efetivo

Daniel Volpe
Membro Suplente em exercício

Debora Pereira Tavares
Membro Efetivo